

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/04/2025 | Edição: 70 | Seção: 1 | Página: 77

Órgão: Ministério do Esporte/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MESP Nº 33, DE 10 DE ABRIL DE 2025

Altera a Portaria nº 424, de 22 de junho de 2020, que dispõe sobre o cadastramento, a admissibilidade e a tramitação dos projetos desportivos ou paradesportivos, bem como a captação, o acompanhamento e o monitoramento da execução e do cumprimento dos projetos devidamente aprovados, de que tratam a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e o Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, no âmbito do Ministério do Esporte.

O MINISTRO DE ESTADO DO ESPORTE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, e no art. 2º e art. 8º, do Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007 e na Portaria nº 424, de 22 de junho de 2020; bem como as informações constantes nos autos do processo nº 71000.007870/2025-14, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 424, de 22 de junho de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....  
.....

§ 7º A análise realizada em cada etapa da tramitação do projeto, exceto na fase de prestação de contas final será realizada no prazo de 45 (quarente e cinco) dias, podendo ser prorrogado por igual período. (NR)"



"Art. 6º .....  
.....

VI - Declaração de Conformidade de Admissibilidade, preenchida e assinada pela entidade proponente." (NR)

"Art. 17 .....  
.....

VI - Atendimento integral dos requisitos constantes da Declaração de Conformidade de Admissibilidade." (NR)

"Art. 51. A entidade de natureza privada sem fins lucrativos poderá realizar a aquisição de bens e a contratação de serviços que tenham sido previstos e aprovados no plano de trabalho, sem a necessidade de apresentação de novos orçamentos, tendo como limite os valores aprovados para cada item/ação na fase de análise técnica e orçamentária (ATO), observados os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

§ 1º .....  
§ 2º .....

§ 3º A reapresentação de no mínimo três orçamentos será obrigatória apenas quando houver majoração dos valores aprovados na fase de ATO para os respectivos itens ou ações.

§ 4º Na fase de prestação de contas, parcial ou final, o proponente deverá comprovar a execução das aquisições e contratações conforme o plano de trabalho e os valores aprovados, anexando os documentos que justifiquem a regularidade das despesas. " (NR)

"Art. 57. O proponente poderá realizar até 02 (dois) remanejamentos de recursos entre ações, desde que devidamente justificados em caso de alteração na duração, quantidade ou valor dos itens aprovados.

§ 1º O remanejamento previsto no caput poderá ser realizado diretamente pela entidade proponente, sem a necessidade de prévia anuência da Diretoria, para alterações de até 20% (vinte por cento), desde que não seja ultrapassado o valor total aprovado na fase de Análise Técnica e Orçamentária, devendo a entidade, em até 5 (cinco) dias, informar sobre o remanejamento realizado e encaminhar a documentação atualizada.

§ 2º .....

§ 3º Caso o remanejamento envolva alterações nos valores aprovados para as atividades de elaboração e captação, a entidade será obrigada a encaminhar a solicitação à Diretoria, aguardando análise e aprovação prévia.

§ 4º Todo e qualquer remanejamento deverá respeitar o limite de até 15% (quinze por cento) das despesas administrativas (atividade meio), conforme aprovado na fase de Análise Técnica e Orçamentária - ATO.

§ 5º Caso o remanejamento resulte em alteração superior a 20%, será necessária a prévia aprovação da Diretoria.

§ 6º O pedido de remanejamento de recursos entre ações que envolvam despesas com recursos humanos deverá ser apresentado em conformidade com a legislação trabalhista vigente, acompanhado de justificativas detalhadas do pedido.

§ 7º Na fase de prestação de contas final, o proponente deverá apresentar os comprovantes e justificativas de qualquer alteração realizada, a fim de demonstrar a conformidade com o plano de trabalho aprovado, a qual terá seu mérito analisado na prestação de contas final (execução financeira). (NR)"

"Art. 71.

(...)



§ 6º A prestação de contas, uma vez saneada, restabelecerá o acesso ao sistema e permitirá a retomada dos projetos, exceto quanto à utilização do saldo remanescente em outro projeto." (NR)

"Art. 86. A da Prestação de Contas Final será analisada e avaliada em até 360 (trezentos e sessenta) dias quanto ao aspecto técnico e 360 (trezentos e sessenta) dias quanto ao aspecto financeiro, contados da data do recebimento da documentação." (NR)

Art. 2º Fica revogado o § 2º do artigo 15, da Portaria nº 424, de 22 de junho de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ANDRÉ LUIZ CARVALHO RIBEIRO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.